

# A Escola, a Educação Física e as Políticas Públicas: quais são os projetos para o esporte escolar? <sup>1</sup>

Giovani De Lorenzi Pires <sup>2</sup>

## I. Introdução:

De pronto, vale destacar a importância desta I Reunião Anual do ProEFE, o Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Física Escolar, da Escola de Educação Física da UFMG. Tenho tido a oportunidade de participar de eventos da área em quase todas as regiões do país nos últimos anos e observo com preocupação que, talvez com exceção do Encontro Nacional de Educação Física Escolar, promovido pela Universidade Federal Fluminense, que resiste bravamente, têm escasseado significativamente aqueles que se dedicam a refletir para qualificar a prática da Educação Física Escolar. Por isso, espero e faço votos que a criação do Centro e a realização do trabalho de formação continuada, da qual esta Reunião é uma etapa, com a participação de tantos professores da rede escolar, seja o prenúncio da retomada do olhar, da atenção voltada para a Educação Física escolar e para os profissionais que fazem o seu cotidiano pedagógico. Neste sentido, saúdo a todos os seus organizadores e participantes e agradeço o convite, a acolhida e oportunidade de participação.

Além disso, tenho a satisfação de estar na presença dos autores de dois dos grandes pensadores da Educação Física brasileira e que têm, na minha opinião, as melhores elaborações sobre esporte escolar, ao lado do professor Elenor Kunz, com quem venho tendo o privilégio de trabalhar nos últimos oito anos. Falo dos textos dos professores Sávio Assis, companheiro de mesa redonda, e autor da proposta de *reinvenção do esporte* (ASSIS, 2001), e Tarcísio Mauro Vago, organizador do evento, e a sua análise madura sobre a produção da *cultura escolar de esporte* (VAGO, 1996). Eles foram fontes de inspiração para o capítulo sobre o trato com o conhecimento esporte na formação do professor de Educação Física, que elaborei com a colega Annabel das Neves (PIRES e DAS NEVES, 2002).

---

<sup>1</sup> Este artigo foi construído a partir da minha participação em mesa redonda realizada no dia 31/11/2002, na I Reunião Anual do ProEFE/EEFFTO/UFMG, cujo título reproduz o tema então proposto, contemplando ainda reflexões e comentários provocados por questões formuladas pelos professores participantes. O texto foi produzido para ser incluído numa publicação que reuniria vários trabalhos acadêmicos vinculados ao programa de formação continuada do qual a referida reunião fez parte. Por alguma razão, a coletânea não foi publicada, fazendo com que o artigo permanecesse "maldito", categoria na qual, de forma bem-humorada, o professor Silvino Santin classificou alguns textos seus, então inéditos, encomendados para projetos editoriais que acabaram não se efetivando. Para esta publicação, faço apenas algumas observações necessárias por motivos temporais, inclusive com a inclusão de notas como esta.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Educação Física/Centro de Desportos/UFSC. Integrante do Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física – NEPEF/UFSC. [giovanipires@cds.ufsc.br](mailto:giovanipires@cds.ufsc.br)

Em vista do tema proposto, pretendo apresentar algumas reflexões que estarão divididas nos seguintes tópicos:

- a) o percurso e o lugar (ou talvez o não-lugar) da Educação Física e do esporte escolar como objeto de políticas públicas do projeto liberal da sociedade brasileira;
- b) dois exemplos de como o “novo” projeto liberal (para fugir do chavão do neoliberalismo) procurou lidar com o esporte no interior da escola na nossa realidade recente;
- c) a importância da definição e implementação de políticas públicas para a área da Educação Física e o esporte escolar no novo governo, popular e democrático (e aqui expor minhas preocupações para com o papel reservado ao esporte, nestes primeiros momentos do governo Lula <sup>3</sup>).

## **II. A Educação Física e do esporte escolar no projeto liberal**

Não é nenhuma novidade afirmar que a escola, tal como a conhecemos hoje, é herança direta do modelo que foi fruto do pensamento liberal, na implantação do que se pode denominar como o projeto moderno de sociedade. A tarefa então atribuída à escola era a de universalização de um conjunto de conhecimentos universais e das normas de procedimentos sociais, desejáveis para a consolidação da hegemonia burguesa e laica. Deste modo, pode-se dizer que o projeto liberal concebeu e implementou políticas públicas de educação, em que cada campo do conhecimento recebia a incumbência de transmitir os saberes considerados válidos para a formação de cidadãos que atendessem às necessidades da época. Assim foi também para com a Educação Física, cujos papéis desempenhados no interior da escola têm sido analisado criticamente por vários pesquisadores.

Ainda que não seja exatamente um historiador da Educação Física, Bracht (2001) produziu uma síntese bastante interessante para a compreensão destes papéis, da qual vou me valer para refletir sobre a presença da Educação Física escolar como objeto de políticas públicas do projeto da burguesia implementado pelo Estado liberal.

---

<sup>3</sup> Por questão de prazos para a editoração dos textos, a versão original deste artigo foi concluída em fevereiro de 2003. O cenário político promovido pelo novo Governo Federal para a área do esporte naquele momento proporcionava boas expectativas, embora permanecessem algumas interrogações que já vinham desde a campanha eleitoral e que são tratadas no último tópico deste texto.

Partindo de uma primeira questão que considera "chave" – *por que, em determinado momento, considerou-se relevante destinar um espaço no currículo das escolas, no currículo do sistema escolar, à educação corporal?* (p.69) – Bracht entende que um marco para tentar respondê-la é a emergência de nova ordem social a partir do século XVIII sob estrita influência da Medicina e, como consequência, do desenvolvimento do pensamento científico. Antes mesmo que se pensasse na Educação Física escolar como promoção de um corpo saudável na perspectiva eugênica do modelo médico-higienista, a ciência já desenvolvera modelos de padronização dos movimentos corporais para uma espécie de “ginástica postural científica”, em que a rigidez dos gestos e o auxílio de aparelhos ortopédicos haviam desqualificado as acrobacias e malabarismos circenses e os jogos populares (cf. SOARES, 1998). A tais preocupações de ordem médico-científicas, as políticas públicas do Estado burguês para a Educação Física e a escola associaram também objetivos nacionalistas, de viés militarista, visando a formação de corpos (e espíritos) engajados e em boas condições para ajudarem na defesa dos interesses da burguesia que se hegemonzava no poder.

Este corpo treinável e apto para o esforço físico, desenvolvido através do projeto da Educação Física escolar, foi ainda importante como mão-de-obra produtiva na sociedade em processo de industrialização; tanto é assim que também o tempo livre dos trabalhadores, conquistado às custas de reivindicações, greves e mortes, passou a ser controlado, para a reposição das forças físicas e mentais perdidas pelo trabalho estafante e alienado, tornando-se esta "educação para o lazer saudável" mais uma das aprendizagens atribuídas à Educação Física escolar.

O desenvolvimento e expansão do esporte no decorrer do século XX, incorporando ou inibindo outras manifestações da cultura de movimento, transformou-o na grande síntese que o projeto liberal vinha produzindo para a Educação Física escolar. Trazendo novas consequências positivas àquelas já objetivadas – postura, saúde, nacionalismo, produtividade -, o esporte contribui como política pública para a funcionalização, sociabilização e ideologização, isto é, para o aprendizado e adequação às normas e códigos de funcionamento da sociedade burguesa capitalista (cfe. BRACHT, 1997 e PIRES, 1998).

O surgimento do pensamento neoliberal, nos últimos 20 anos do século XX, descortinou outra realidade, vez que o novo eixo político-econômico implicou em redução do tamanho do Estado e correspondente ampliação dos espaços para mercadorização de ações que eram, até então, atribuições das suas políticas públicas. Em síntese, parece que a ciência já nos convenceu quanto à dita postura corporal correta, a produtividade no trabalho já não

exige tanta aptidão física por causa dos avanços tecnológicos, o tempo livre já não é mais pensado para o descanso e recomposição das forças, mas foi transformado em tempo produtivo para o consumo de bens culturais simbólicos, bem como a saúde, o esporte e a própria educação, que passaram a ser percebidos como mercadorias e retirados do espaço das políticas de ação estatal para integrarem o campo dos interesses do capital privado.

Dáí resulta que o Estado liberal tenha perdido o interesse pela Educação Física escolar, promovendo alternativas a ela inclusive fora da escola (já é comum em vários Estados a “terceirização” da Educação Física, em que práticas em acadêmicas são consideradas equivalentes para cumprimento do componente curricular). Parece ter restado a ela, Educação Física e esporte escolar, enquanto políticas públicas, o desenvolvimento de ações compensatórias e de inclusão para populações desfavorecidas e/ou em situação de risco social.

A isso, Bracht (2001) classificou como a *orfandade da Educação Física escolar*: sua contribuição histórica para a implementação e consolidação do projeto liberal-burguês esgotou-se! Sua segunda questão-chave se apresenta então: “*como é possível encontrar ou construir fundamentos para justificar a Educação Física no currículo escolar hoje?*” (p.69). Os apontamentos para que se possa tentar responder a tal questionamento vou remetê-los para o tópico final, optando no seguinte por examinar, a partir de dois exemplos, o projeto de políticas públicas para o esporte escolar que se instituiu nos últimos anos em nossa realidade.

### **III. Políticas Públicas para o Esporte Escolar em Governos Liberais Recentes<sup>4</sup>**

#### **3.1. O Programa Esporte na Escola<sup>5</sup> do Ministério do Esporte**

No conjunto de projetos e programas que se sucederam no Ministério responsável pelo esporte no governo FHC, quase com a mesma frequência com que aconteciam as trocas dos próprios ministros da pasta, destacavam-se sempre os relacionados ao âmbito do chamado Esporte Educacional. De certo modo, pode-se afirmar que, apesar do evidente desequilíbrio entre esta e as outras demandas do ministério – esporte olímpico e para-olímpico, esporte de rendimento, estatuto do esporte, código de defesa do torcedor, etc. – a formação de novos

---

<sup>4</sup> Ainda que novos governos tenham assumido nos âmbitos federal e estadual, não tive ainda a oportunidade, de verificar o tema do esporte escolar seria efetivamente tratado; por isso são enfocados aqui projetos implementados pelos governos federal e catarinense que acabaram em 01/janeiro/2003.

<sup>5</sup> No governo Lula, referido programa foi redimensionado, recebendo o nome de Segundo Tempo.

praticantes (e consumidores?) do esporte não deixou de ser objeto de intervenção das políticas do ME. Talvez o mais duradouro e mais bem formatado seja o Programa Esporte na Escola - PEE, que a seguir pretendo expor e analisar.

A instituição do Programa tem por objetivo "*democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens, como meio de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida*"(grifos meus).<sup>6</sup>

Cabe ressaltar o cuidado destacado no objetivo do programa, no sentido de não limitar o acesso ao esporte enquanto mera prática (ainda que igualmente importante e desejável). Quando faz referência à cultura do esporte, o texto reconhece que o fenômeno esportivo constitui parcela específica da cultura contemporânea e como tal deve ser apropriada e transformada pela sociedade. Apesar do destaque e do cuidado com a questão da cultura esportiva, ocorre-me apenas que talvez a concepção de cultura, à qual o PEE deseja garantir o acesso, possa não ser exatamente um caminho para a formação da cidadania emancipada<sup>7</sup>. Tal comentário decorre tanto da forma pela qual o governo FHC conduziu, ao longo de oito anos, as questões relacionadas à cidadania (casos SIVAN, PROER, compra de votos para reeleição, privatização dos setores energéticos e de telecomunicações, etc.), quanto principalmente pelo ideário político-filosófico assumido por aquele governo, em que a cultura referenciada era, antes de mais nada, a cultura espetacularizada/de consumo, na qual, por via de consequência, a condição de cidadania significava ter acesso ao consumo.

Ainda na reflexão sobre o objetivo manifesto do PEE, destaco também a preocupação com a melhoria da qualidade de vida. Além de recorrer ao apelo fácil da expressão, que já tivemos a oportunidade de criticar (PIRES, MATIELLO Jr. e GONÇALVES, 1999), expressa-se aqui uma compreensão utilitarista do esporte, funcionalmente transformado em meio e sustentado numa associação positiva entre este e a saúde, tese bastante controversa, haja visto evidências representadas pelos inúmeros casos de doping, lesões crônico-degenerativas, mortes precoces e desvios psicológicos decorrentes da manifestação hegemônica de esporte, orientada para o rendimento e a vitória a qualquer custo. Se tomada

---

<sup>6</sup> Cfe. [www.met.gov.br/esportenaescola](http://www.met.gov.br/esportenaescola), acesso em 28/11/2002. Consulta à página do Ministério em 15/02/2003 mostra que o programa permanecia exatamente o mesmo do governo anterior.

<sup>7</sup> Muito apropriadamente, Pedro Demo qualifica a expressão cidadania, diferenciando a *cidadania tutelada* ou *assistida* da *cidadania emancipada*, sugerindo ser aquela uma concessão do Estado burguês, enquanto esta, a "*conquista de competência para fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada*" (1995:1)

como referência – e o conjunto das ações do Ministério assim o fazem - , como garantir que o esporte educacional poderá significar caminho para melhoria da qualidade de vida?

Outro aspecto interessante a se destacar é a tentativa de desvincular o PEE da Educação Física e do esporte como conteúdo desde componente curricular da escola, ainda que seus propósitos de oportunizar a todos o acesso ao esporte possam ser potencializados pelos do Programa. Este paralelismo está inclusive destacado como uma das três linhas estratégicas do PEE: *incentivar a prática da Educação Física na escola básica*. Se assim é, quem são então os beneficiários do PEE, já que o âmbito é o mesmo da Educação Física e os propósitos, idem? Quais são, efetivamente, as contribuições do Programa para a Educação Física escolar? A resposta a estes questionamentos pode estar nas outras duas linhas estratégicas, que se referem a: i) *implantar infra-estrutura esportiva nas escolas* e ii) *implantar núcleos de esporte na escola*. Ambas merecem distintas considerações.

Dotar as escolas de infra-estrutura para a prática do esporte (e da Educação Física?) é logicamente muito bem vinda, embora se corra sempre o risco de submeter as boas intenções do Programa a estratégias escusas do tráfico de influência de políticos "fisiologistas", que cabalam votos nas suas comunidades e regiões através deste expediente por demais conhecido.

Quanto a formação de núcleos de esporte na escola, chama favoravelmente a atenção a obrigatoriedade da presença do(s) professor(es) de Educação Física da escola, ainda que a participação de voluntários também seja desejável. Esta possível colaboração de não-professores parece vir ao encontro da política de parcerias que o Programa estabelece, entre elas com a Rede Globo de Televisão, através do seu Amigos da Escola, projeto(?) bastante conhecido entre os professores de Educação Física por causa da ambigüidade dos seus objetivos e pela intensa campanha publicitária veiculada pela Globo. A este respeito, vale destacar o discurso do Diretor da Globo Esporte<sup>8</sup>, Marcelo Pinto, no Seminário Internacional de Esporte, realizado em Florianópolis, em 2002, quando reconheceu que pesquisas encomendadas pela empresa entre adolescentes e jovens revelam a sua opção pelos esportes radicais e o crescente desinteresse em assistir na TV os esportes mais tradicionais (futebol, basquete, atletismo, etc.). Seria exagero suspeitar que entre os propósitos da participação da Rede Globo/Amigos da Escola estaria o de contribuir para a formação de futuros

---

<sup>8</sup> Braço comercial da Rede Globo, criado para negociar direitos de televisionamento de espetáculos esportivos e organizar a produção da Globo nesta área.

consumidores do "produto" esporte, que é mercadorizado pela Globo Esporte e veiculado pela Rede Globo de Televisão e suas inúmeras afiliadas?

Igualmente interessante é a observação das denominadas sete ações básicas do PEE, em que estratégias pedagogicamente significativas como produção de vídeos didáticos, capacitação de professores e dotação de infra-estrutura esportiva (materiais e instalações) na escola convivem com outras, no mínimo questionáveis, como a realização de concursos temáticos e campanhas publicitárias sobre esporte, além da promoção de eventos esportivos escolares. Aparentemente, tão importante quanto desenvolver políticas públicas que resultem em investimentos no esporte para a escola é garantir visibilidade a isso. Os fins justificam os meios?

Para concluir, cabe questionar os critérios de seleção para que as escolas sejam admitidas no Programa: se uma das grandes contribuições que o PEE pode oferecer para incentivar o esporte na escola é dotá-la de infra-estrutura para a sua prática (quadras polivalentes) e de recursos multimídia para acesso a cultura esportiva (PC, internet, TV, parabólica, video-cassete), por que então a existência de quadra esportiva, acesso à TV Escola e equipamentos de informática são condições para que as escolas (de ensino fundamental, com no mínimo 500 alunos) possam se candidatar ao Programa?

### **3.2. O Programa Estadual Esporte Escolar da Secretaria de Educação e Desporto de Santa Catarina – PEEE-SC**

Antes de entrar na análise do PEEE-SC, vale destacar o cenário altamente esportivizado e orientado no rendimento que se observa na realidade esportiva do estado de Santa Catarina, além do fato de que a gestão do esporte é feita pela FESPORTE, Fundação Estadual de Esporte, criada em 1993 e vinculada à Secretaria de Educação até o início do atual governo - que a alocou na recém criada Secretaria de Organização do Lazer, juntamente com a Fundação Catarinense de Cultura e a de Turismo. Entre seus projetos mais importantes estão os Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), os Joguinhos Abertos (até 17 anos), o Moleque Bom-de-Bola de futebol masculino e feminino (até 14 anos) e a OLESC, Olimpíada Estudantil Catarinense. A estrutura da FESPORTE é descentralizada em Coordenadorias Regionais e complementada pelas Fundações Municipais de Esporte (FME), cuja existência é condição exigida para a participação das cidades nos eventos promovidos pela FESPORTE – podem existir Secretarias Municipais de Esporte, mas entraves burocráticos impedem o

repasse de verbas estaduais e/ou privadas, intermediadas pela Fundação Estadual, o que implica a existência das FMEs.

Foi nesse contexto que, em 2002, a então Secretaria Estadual de Educação e Desporto criou o Programa Estadual Esporte Escolar de Santa Catarina<sup>9</sup>, vinculado a Diretoria de Ensino Fundamental. Embora estabelecesse relações institucionais com o PEE federal, o Programa Estadual tem características próprias. Seus objetivos, bastante ambiciosos para o tamanho do projeto e da verba disponível em 2002 (R\$ 5,00 por aluno/ano!), repete alguns do programa original e inova em outros, como a inclusão social e a iniciação esportiva.

Merece destaque o fato de que as unidades escolares que desejarem inscrever-se no PEEE-SC precisam incluí-lo no Projeto Político Pedagógico da Escola e ter acompanhamento e fiscalização através do Conselho Deliberativo Escolar. Ainda que evite confundir-se ou sobrepor-se à Educação Física escolar, o Programa admite que pode contribuir para a melhoria desta, tanto por causa das melhorias de infra-estrutura esportiva da escola, oportunizadas pelos repasses financeiros do PEEE<sup>10</sup>, quanto pelo fato de que ali serão trabalhados os fundamentos básicos do esporte, que são comuns aos da Educação Física escolar.

As condições para a participação dos alunos são bastante rigorosas e, até certo ponto, restritivas: ser regularmente matriculado na unidade escolar estadual admitida no Programa, não ser dispensado da prática da Educação Física escolar, não serem federados (os federados poderão ser inscritos como monitores no Programa), ter aproveitamento escolar suficiente e frequência regular: três faltas consecutivas ou 5 alternadas bastam para desligar o aluno do Programa!

Possível contradição está no fato de que o projeto é dedicado "*preferencialmente [a alunos] em situação de risco pessoal e social*" (art.10), no entanto, "*as aulas devem ser desenvolvidas nos dias úteis da semana, somente em casos excepcionais serão permitidas aos sábados*" (art.15, § 3º). Ora, será que aos finais de semana estes alunos ficam livres da situação de risco pessoal e social que justifica sua participação no Programa? E mais: se a intenção é a inclusão social, não seria desejável que se buscasse a integração familiar – cuja falta pode ser, muitas vezes, a causa mais visível da situação de risco - através do esporte escolar, o que parece mais factível nos finais de semana? Além disso, sabe-se que

---

<sup>9</sup> Cfe. [www.sed.rct-sc.br/diretr-pee](http://www.sed.rct-sc.br/diretr-pee), acesso em 28/11/2002.

<sup>10</sup> "*Os recursos financeiros são destinados à aquisição de uniformes, material esportivo, manutenção das instalações esportivas, jogos, alimentação e transporte escolar para eventos esportivos*". PEEE/SC, art. 6º.

adolescentes e jovens em situação de risco têm enormes dificuldades em se submeterem a normas muito rígidas; então, será que faz sentido a existência de tantas restrições, punições e "castigos" aos alunos participantes, algumas implicando o seu afastamento definitivo do programa?

Baseado no contexto esportivizado do Estado e da própria Secretaria de Educação, através da FESPORTE, assim como nas evidências e contradições do projeto, parece bastante claro que, apesar do discurso de inclusão social e de prevenção às situações sociais de risco, o projeto esporte escolar de Santa Catarina tem, acima de tudo, a pretensão da formação na escola de praticantes/consumidores do esporte fortemente patrocinado pelo Estado, em que a detecção precoce de talentos para este esporte de rendimento, ainda que não explicitamente referida, não está definitivamente afastada do horizonte do PEEE-SC.

Observados os dois projetos em análise, que fica estampado é que, no projeto político que estava implantado na nossa realidade, tanto federal como estadual, as políticas públicas relacionadas ao esporte no âmbito da escola expressavam a prática de ações compensatórias, de natureza paternalista, de inclusão precária. Há aqui claro reconhecimento do próprio Estado de que sabia que suas políticas de internacionalização e dependência econômica resultariam em cada vez mais famílias excluídas do processo produtivo e, por conseguinte, mais e mais crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social. Complementarmente, havia (há?) nas políticas esportivas a reafirmação perversa das promessas de mobilidade social através do esporte, o que explica uma certa preocupação manifesta com o possível despertar de talentos esportivos, fato cada vez menos buscado e viabilizado no âmbito escolar e cada vez mais, assumido como atribuição do próprio sistema esportivo, através de clubes, escolinhas, etc.

#### **IV. Políticas Públicas para a Educação Física/esporte escolar em um novo projeto social:**

Antes de mais nada, faz-se necessário ressaltar que só tem sentido pensarmos em políticas públicas para a Educação Física e o esporte escolar a partir da perspectiva de um novo tipo de Estado que está se instalando na República do Brasil, com o advento do Governo Lula. Neste sentido, sem aprofundar a discussão sobre políticas públicas, precisa estar novamente colocado o papel do Estado na vida pública, através de políticas que garantam, entre outras coisas, a presença do Estado:

- a) como organizador/anunciador de macro-caminhos de ação, balizados pela transparência e democracia, visando garantir a participação popular desde a sua definição até o acompanhamento da sua implementação;
- b) como indutor/estimulador do desenvolvimento integrado da sociedade, especialmente naquelas áreas em que a iniciativa privada não tem interesse ou, pelo contrário, a sua presença possa representar a possibilidade de monopólio;
- c) como equalizador das demandas, no sentido de evitar a permanência das assimetrias de ordem regional, de gênero, de etnia/raça, de capacidade de organização, de formas de pressão, etc.

O fundamental é que, ao lado das ações propositivas do Estado, fique garantida como perspectiva a emancipação dos indivíduos e grupos, isto é, além de tentar “resolver” o problema momentâneo e, para isso, sejam utilizadas medidas compensatórias, o projeto de políticas públicas do Estado do campo popular e democrático deve buscar, em médio e longo prazos, uma mudança social mais profunda, para garantir autonomia de organização e ação aos grupos para que as razões que hoje justificam estas políticas sejam, enfim, superadas por ações da própria cidadania emancipada.

No caso da Educação Física e do esporte escolar, tal projeto deve partir do entendimento da escola, como explica Vago (1996), como um campo de produção e difusão de uma determinada cultura – a cultura escolar – que se constrói na tensão permanente com a cultura hegemônica na sociedade, o que implica também a produção da *cultura escolar de esporte*, que irá mediar a inserção e as relações dos alunos na/com a cultura esportiva, não para negá-la ou destruí-la, mas na perspectiva de sua transformação.

Da mesma forma, é preciso compreender, com Assis (2001), que o esporte escolar é uma reinvenção possível<sup>11</sup> a partir do resgate da ludicidade como princípio pedagógico, sem abrir mão da relação lazer/trabalho, mas reaproximando jogo e esporte de modo que seja possível, na escola, “*brincar de esportes*” (p.199) em vez de esportivizar os jogos e brincadeiras populares, numa perspectiva de reinvenção “*que busque justamente gerar e experimentar um esporte diferente*” (p.203).

---

<sup>11</sup> Como base de sua fundamentação, o autor utiliza as categorias realidade/possibilidade, par dialético apontado por Cheptulin (citado por Assis, 2001).

È importante também perceber a cultura esportiva como um patrimônio cultural da sociedade moderna, que, associado à intencionalidade crítico-emancipatória que Kunz (1994) sugere para a Educação Física escolar, resulta na compreensão que a busca pela inclusão pelo esporte significa, na verdade, a garantia do resgate do direito de todos a ter acesso a essa construção social, sendo sua inserção procedida na condição tanto de ator quanto – e principalmente – de autor da sua própria cultura de movimento/esportiva (Kunz, 1998).

Por fim, cabem algumas reflexões (talvez exigentes ou ansiosas demais) a respeito do tema *esporte escolar* no discurso sobre políticas públicas do novo governo Lula. De modo a torná-las mais explícitas e garantir a sua condição de dúvidas pessoais, vou apresentá-las na forma de perguntas (quem sabe a mim mesmo, ou a cada um dos leitores, preocupado com o que pode se constituir este campo, num governo que se espera democrático e popular).

- Que importância tem o tema esporte para o novo Governo Lula se, observado o plano de governo disponibilizado no *site* durante a campanha eleitoral, só é possível encontrar a palavra uma única vez?
- Terá sido por isso que, durante todo o período destinado às negociações entre os partidos aliados para composição da equipe de governo, a pasta do esporte sempre tenha sido apresentada como moeda de troca, nunca sendo considerada uma daquelas prioridades de que o PT não abria mão?
- A entrega do Ministério do Esporte para o PC do B, um aliado de longa data mas de dimensões políticas reduzidas (aliás, uma medida frequente em vários dos governos estaduais e municipais do Partido dos Trabalhadores), significa reconhecimento de importância da área e do aliado, ou o seu contrário?
- A demora e as dificuldades da equipe de transição em dialogar com setores organizados da área, tanto no partido (Setorial de Esporte e Lazer do PT) quanto no mundo acadêmico (Carta do 14º ENAREL), como ainda dos gestores de esporte e lazer dos governos de esquerda, decorreu da ausência de projeto ou da existência, já consolidada, de políticas públicas para o campo?
- Que significado teve a propalada “Comissão de Notáveis” (ex-atletas, jornalistas, dirigentes e empresários esportivos) que, num dado momento, era “herança maldita” do governo FHC, em outro, havia sido solicitada por Lula a dar suas contribuições para o setor?

- Será que a atual subdivisão do Ministério do Esporte em três secretarias, que reproduzem as clássicas manifestações sociais do esporte – rendimento, lazer/participação e educacional –, permite vislumbrar o desenvolvimento de ações integradas/integradoras que superem essa oposição que se construiu em relação e entre elas, na base do “isso é bom, isso é ruim”?
- Ainda que possa ter sido apenas “um balão de ensaio” do Ministério, que perspectiva superadora poderiam representar as anunciadas "caravanas do esporte", em que atletas consagrados se apresentariam em “shows” e oficinas sobre esporte em cidades do interior, visando mobilizar e motivar a população para a prática esportiva?
- Por fim, a permanência do programas assistencialistas como o Esporte na Escola no elenco de iniciativas e ações públicas do Ministério do Esporte, ainda que com ligeiras diferenças, inclusive de denominação – "Segundo Tempo" - , significa concordância do novo Governo com aquele programa, aqui criticado, ou é apenas falta de iniciativa para repensá-lo criticamente e transformá-lo?
- Por fim, como deve ser entendida a aparente ambigüidade do Ministério do Esporte, que faz um inflamado discurso favorável ao esporte como fator de inclusão social mas que, como principal ação, financia com verbas públicas, como nenhum governo havia feito até hoje, o esporte de rendimento, tendo o Comitê Olímpico Brasileiro como seu principal parceiro e interlocutor permanente.

Infelizmente, passados dezoito meses de Governo Lula<sup>12</sup>, as contradições e ambigüidades se tornaram ainda mais agudas e quase nada nos autoriza a acreditar que haverá ainda uma grande redefinição para melhor, na área do esporte educacional<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Na sua versão original, este artigo era concluído com a seguinte frase, da qual mantenho a parte final, correspondente à minha convicção de que o acesso à cultura esportiva passa pela Educação Física escolar:

*Espero que, ao ser lançada a publicação coletiva que conterá este texto, tais questões já tenham sido resolvidas e o esporte no âmbito escolar esteja sendo reorientado no sentido de garantir a sua apropriação crítica e criativa por todos os cidadãos brasileiros, portadores do inegável direito de acesso à cultura esportiva, cujo caminho passa, sem dúvidas, por uma escola e por uma Educação Física que se façam emancipatórias.*

<sup>13</sup> Faço esta observação sem desconhecer a realização da Conferência Nacional de Esporte, que democraticamente envolveu um grande número de pessoas envolvidas com o esporte e lazer em todo o país. Seus resultados, todavia, apontam muito mais para um conjunto de princípios bem-intencionados – a "Carta de Brasília" – do que diretrizes factíveis para a elaboração de políticas públicas em esporte e lazer na perspectiva educacional.

## Referências:

- ASSIS, Sávio. *Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BRACHT, Valter. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARRÓZ, Francisco. *Educação Física escolar: política, investigação e intervenção*. Vitória: PROTEORIA, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória: Ed.UFES, 1997.
- KUNZ, Elenor. Educação Física escolar: seu desenvolvimento, problemas e propostas. Santa Maria: Seminário Brasileiro de Pedagogia do Esporte, *Anais...*, p.114-119, set./1998.
- \_\_\_\_\_. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 1994.
- PIRES, Giovani De Lorenzi. Breve introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esporte. *Revista da Educação Física/UEM*, 9, p. 25-34, dez./1998.
- PIRES, Giovani; DAS NEVES, Annabel. O trato com o conhecimento esporte na formação em Educação Física: possibilidades para sua transformação didático-metodológica. In; KUNZ, Elenor. *Didática da Educação Física II*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.
- PIRES, Giovani; MATIELLO Jr., Edgar; GONÇALVES, Agnaldo. Alguns olhares sobre aplicações do conceito de qualidade vida em Educação Física/Ciências do Esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 20 (1), p.53-57, set./1999.
- SOARES, Carmen Lúcia. *Imagens da educação no corpo*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- VAGO, Tarcísio Mauro. O “esporte na escola” e o “esporte da escola”: da negação radical para uma relação de tensão permanente – um diálogo com Valter Bracht. *Movimento*, 5, p. 4-17, set/1996.